



## **40º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**

### **ST34 – TRABALHO, TRABALHADORES E AÇÃO COLETIVA**

#### **SESSÃO: TRABALHO E TRABALHADORES: CONDIÇÕES E RESISTÊNCIAS**

**OS CAMELÔS E AMBULANTES DA CIDADE DE MACAPÁ (AP):** Contribuições aos estudos sociológicos sobre o mercado de trabalho informal (1991-2009)

**RICHARD DOUGLAS COELHO LEÃO – UNESP/ARARAQUARA**

**AGÊNCIA FINANCIADORA DA PESQUISA: CAPES**

## **OS CAMELÔS E AMBULANTES DA CIDADE DE MACAPÁ (AP): Contribuições aos estudos sociológicos sobre o mercado de trabalho informal (1991-2009)**

### **RESUMO**

Este estudo, em fase de conclusão, se propõe a fazer uma análise sobre a relação presente entre o crescimento do mercado de trabalho informal, mais precisamente do número de camelôs e ambulantes, com o processo de criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana no início da década de 1990. A pesquisa foi realizada com base na pesquisa de campo a partir da aplicação de formulários com os camelôs e ambulantes do Centro Comercial de Macapá, entrevistas *in loco* com o público-alvo da pesquisa, empresários e agentes públicos. Além disso, foi feita a pesquisa documental e bibliográfica, dando ênfase ao Plano Diretor da Cidade de Macapá e ao Código de Posturas do Município para estabelecer a relação dos agentes públicos com os camelôs e ambulantes e de como a cidade expandiu de forma desordenada, principalmente a partir do fim da década de 1990, com o surgimento de novos bairros sem a infraestrutura adequada para estas pessoas. Conclui-se que houve a existência do crescimento das atividades informais associada com o crescimento populacional proporcionada pela criação da ALCMS e que as políticas públicas engendradas pelo Estado para o setor esbarram na completa ausência de diálogo com os trabalhadores, alijando-os das estratégias de desenvolvimento para o Centro Comercial da cidade de Macapá.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mercado de Trabalho Informal. Área de Livre Comércio. Conflito.

### **1 INTRODUÇÃO**

Nas últimas décadas, muito tem se debatido acerca da relação entre trabalho e sociedade. Essas discussões no campo teórico assumem importância num momento em que as crises cíclicas do capitalismo se evidenciam de maneira acirrada através dos novos processos de sociabilidade trazidos pelos avanços tecnológicos que criam formas cada vez mais complexas e heterogêneas de relações sociais, econômicas, políticas e culturais. A sociologia clássica elaborou uma vasta construção teórica sobre como tal processo se estruturou nas sociedades modernas, apontando a categoria trabalho como eixo central da dinâmica social gestada nos últimos três séculos, cujos reflexos podem ser observados atualmente em nível mundial. Porém, as reflexões daí resultantes passaram a polarizar-se diante do metabolismo acelerado ocasionado pela expansão capitalista e as contradições que esse sistema tem gerado.

Vale ressaltar que os impactos sociais e econômicos da economia global são mais cruéis nos países periféricos, como é o caso do Brasil. Nesses países, a

exclusão do acesso a bens e serviços sociais expõe a população a todo tipo de exploração, notadamente através do crescimento do trabalho informal, onde vamos perceber que as relações de trabalho e do reconhecimento deste como tal no seio da sociedade capitalista são permeadas por uma cadeia de situações que vão desde a falta do reconhecimento e da regularização de suas atividades por parte do poder público até a precariedade pela qual é lançado o trabalhador deste setor.

A população macapaense apresenta índices de crescimento populacional cada vez maiores em virtude da implementação, na década de 1990 da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS e esta se tornou o canto que apregoava as possibilidades de emprego para aqueles que lá chegassem. As promessas de emprego não se concretizaram para a grande maioria dos migrantes que para lá se dirigiram, pois na cidade de Macapá há a predominância do emprego público e via de regra os cargos são preenchidos através de concursos. Obviamente que a mão-de-obra qualificada encontra maiores oportunidades neste espaço público. Entretanto, a população com baixa qualificação para o mercado de trabalho é relegada a empregos menos qualificados ou às atividades de rua, como os camelôs e ambulantes presentes nos espaços de grande circulação da cidade.

No município de Macapá verificamos a presença de um significativo contingente de mão-de-obra qualificada. Este segmento da população possui o nível médio ou superior de ensino e normalmente encontram-se alocados no serviço público estadual e municipal. No outro lado da moeda, encontramos os trabalhadores com qualificação profissional atuando em empresas privadas além dos profissionais liberais. No campo periférico desta realidade está um grande contingente de trabalhadores que na maioria das vezes possuem baixa qualificação educacional ou profissional, no qual estes normalmente vão se valer do trabalho informal e ambulante e fazem deste o seu meio de vida.

Neste sentido, grande parte da mão-de-obra migrante está inserida neste último contexto, pois são, em sua maioria, trabalhadores com baixa ou sem qualificação profissional não lhes restando outra opção senão aquela de aderir ao mercado informal e ambulante como forma de sobrevivência individual e familiar.

Esta pesquisa, ainda em fase de conclusão, se propõe a analisar o processo de transformações sociais pelo qual passou a cidade de Macapá em seu

crescimento a partir das mudanças visualizadas com a ampliação do mercado de informal no centro comercial da cidade, onde foi constatada uma grande presença de trabalhadores pobres vindos de outros centros das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Tal mercado, em nosso entendimento, passa a funcionar como uma válvula de escape ao problema do desemprego estrutural tão característico do capitalismo moderno e como uma forma de manter ocupados os trabalhadores que não se encaixam nas demandas – poucas – oferecidas pelo mercado de trabalho formal.

Esta investigação também partiu do estranhamento sentido diante da imensa presença destes trabalhadores a partir do crescimento da área comercial da cidade de Macapá, não em termos de ocupação espacial, uma vez que a estrutura comercial da cidade foi definida desde a década de 60, mas sim em termos da elevação de contingente humano nos setores periféricos às atividades comerciais como os camelôs e vendedores ambulantes que atualmente superlotam algumas ruas do centro comercial. Neste cenário foi detectado também a ausência de participação do poder público na elaboração de políticas públicas que possam atender a esta parcela da população.

Diante do exposto, esta investigação intitulada “Os Camelôs e Ambulantes em Macapá: contribuição aos estudos sociológicos sobre o mercado de trabalho informal” teve por objetivo analisar a realidade do mundo do trabalho na cidade de Macapá tendo como enfoque principal uma análise sociológica que parta da relação entre o trabalho periférico – como o exercido pelos camelôs e vendedores ambulantes na área comercial da cidade e o crescimento populacional promovido pelo último grande salto migratório, ainda ininterrupto, que é o que ocorre a partir da criação da área de livre comércio de Macapá e Santana – ALCMS na década de 90.

A motivação da pesquisa girou, em torno dos seguintes questionamentos direcionaram para a obtenção das respostas em uma pesquisa de campo: Que relação pode ser estabelecida entre a migração e o crescimento do mercado de trabalho informal em Macapá? Quem é a população migrante que se inseriu no trabalho informal e ambulante da cidade de Macapá? Quais os caminhos percorridos por esta população? Em que termo se deu o processo migratório para Macapá? De onde migram as pessoas que se ocupam das atividades informais na cidade de Macapá?

O interesse em compreender o porquê desse crescimento cada vez mais acentuado do mercado de trabalho informal relacionado com o crescimento da cidade a partir das formas de suas formas de ocupação do espaço do centro comercial permitiu mergulhar nesse universo do trabalhador informal do comércio de Macapá e as análises, através da pesquisa e observação de campo, evidenciam as relações sociais – sentimentos, angústias, incertezas, sonhos – que permeiam o mundo do trabalho nesta realidade e colocam os sujeitos da pesquisa como atores humanos, além de sociais.

Para uma compreensão crítica do tema proposto, optou-se pelo enfoque dialético considerando o processo histórico e complexo que o mesmo suscita. Dessa forma, faz-se necessário uma abordagem dos diversos aspectos que envolvem o mundo do trabalho, as práticas sociais geradas no seio da sociedade capitalista em suas contradições e dinamicidade, concebendo a realidade como uma construção humana e, portanto, passível de mudanças a partir do conflito de interesses dos diferentes atores sociais que interagem no contexto social e uma discussão sobre o papel da informalidade na realidade global, além de buscar relacionar como a criação de uma Área de Livre Comércio pode provocar um impacto migracional tão forte dentro de uma sociedade em crescimento, privilegiando-se os aspectos qualitativos com base em uma análise interpretativa dos dados coletados à luz das teorias críticas que fundamentaram a pesquisa.

A pesquisa foi realizada no Centro Comercial da cidade de Macapá com a participação dos trabalhadores do Mercado Informal em ruas como as Avenidas Antônio Coelho de Carvalho, Mendonça Júnior e Cora de Carvalho, além das praças Veiga Cabral, Euclides Figueiredo (Zagury) e Barão do Rio Branco, além das cercanias do Mercado Central de Macapá e nas Ruas Cândido Mendes e Independência, Tiradentes e São José.

Com relação às fontes de informações e a amostras debruçamos, além da bibliografia pertinente que forneceram o referencial teórico, em fontes orais e documentais através das conversas e entrevistas com os trabalhadores e seus representantes, representantes do poder público e empresários do comércio local, além de pessoas que vivenciaram as mudanças ocorridas no comércio até o período pesquisado. Utilizou-se a amostra aleatória estratificada, considerando o acentuado

número de trabalhadores e as dificuldades para se chegar a eles. Dessa forma, através dos informantes, se obteve dados quantitativos e qualitativos que envolvem o ramo do serviço estudado.

Quanto às técnicas de coleta e análise dos dados, esta pesquisa foi dividida em duas etapas: em um primeiro momento, com a aplicação dos questionários, cujo procedimento de abordagem se deu aproximando-se destes nos seus pontos e bancas, consumindo alguns de seus inúmeros produtos e serviços. Em um segundo momento com estes informantes fez-se uma entrevista gravada e, posteriormente, a aplicação dos formulários de pesquisa. Foram entrevistados vinte trabalhadores, de um universo de cem pesquisados com aplicação de formulários. Em relação aos representantes do poder público e os empresários, foram agendados espaços para entrevistas gravadas, baseadas no sistema pergunta – resposta.

Nas considerações finais analisamos os resultados gerais desta pesquisa e busca-se visualizar os impactos do discurso desenvolvimentista da ALCMS sobre a realidade do trabalhador informal, que, apesar de todos os reveses, ainda é um ser cheio de esperanças e sonhos para ele(a) mesmo(a) e sua família, pois vislumbra um mundo melhor para os filhos com investimento na educação e, devido ao caráter central do trabalho em suas vidas, se mantém em atividade constante em suas bancas e carrinhos, considerando-se “úteis” para a vida em sociedade.

## **2 AMAPÁ: DE TERRITÓRIO FEDERAL A ESTADO**

O Território Federal do Amapá foi criado pelo Decreto Presidencial nº. 5.812, de 13 de setembro de 1943, pelo então presidente Getúlio Vargas. A criação do Território se deu em função de dois fatores: o primeiro ocorreu para que houvesse áreas que servissem para proteger as fronteiras brasileiras, no qual essa preocupação teve o intuito de proteger o território brasileiro garantindo assim a soberania sobre as terras conquistadas por Portugal em detrimento ao conflito constante com o governo francês pela ocupação das terras ao sul da Guiana.

O segundo fator ocorreu devido à descoberta de grande quantidade de jazidas de manganês encontradas na região de Serra do Navio que na época foi explorada através da assinatura de um contrato de exploração com a Indústria e

Comércio de Minérios S/A – ICOMI. Esta empresa explorava o manganês para atender as indústrias siderúrgicas brasileiras bem como a diversos países como os Estados Unidos da América.

Desde então, o território do Amapá torna-se atrativo em função de seu alto potencial de recursos naturais e minerais, principalmente aos grandes grupos econômicos que tiveram incentivos do governo federal para se instalarem na região. É interessante situar que “em 1943, quando o Amapá se tornou território federal, a sua população era de apenas 24.500 pessoas, esparsamente distribuídas pelo seu território e em grande parte, dedicadas ao extrativismo” (DRUMMOND; PEREIRA, 2007, p. 68).

A partir dessa data até o golpe de 1964, nada foi feito de concreto para dotar o Amapá das condições mínimas necessárias para mudança de categoria jurídica. Em 1972, os militares passaram a considerar a Amazônia "área de segurança e grande interesse nacional" (MORAIS; ROSÁRIO, 1999, p. 15). Dentro dessa concepção geopolítica, iriam reformular a ascendência dos segmentos das Forças Armadas sobre os Territórios Federais Amazônicos.

Com o advento da Nova República, o Território do Amapá passou a ter um governador civil. Em 05 de outubro de 1988, as terras amapaenses foram transformadas em Estado, desestruturado, e com tudo a ser planejado para que realmente houvesse uma estrutura de Estado.

A partir de 1991 inicia-se um novo período na história do Amapá, de forma progressista e dinâmica no sentido de situar o Estado como uma unidade da Federação, criando mais Municípios e desmembrando assim os efeitos centralizadores, procurando oferecer melhores estruturas para enfrentar as adversidades existentes, fruto das pressões sociais que passam a exigir maior aceleração no processo de desenvolvimento (PORTO, 2003, p. 46).

Logo após a criação do Território Federal do Amapá, três períodos econômicos assinalam as ações dos setores privados e públicos na aplicação de investimentos, repercutindo no aumento do movimento migratório, na urbanização, na organização espacial e na sua inserção, na economia mundial, o Amapá tornava-se cada vez mais visível no cenário nacional. Segundo Porto (2003), esses períodos podem ser indicados como: gênese, estruturação produtiva e organização espacial

(1943-1974) planejamento estatal e diversificação produtiva (1975-1987) e estadualização e sustentabilidade econômica (período pós-1988).

A implantação dos grandes projetos econômicos se deu após as descobertas de jazidas de Manganês na Serra do Navio em 1946, através de incentivos de pesquisas pelo então Governador do Amapá, Capitão Janary Gentil Nunes, o governo autorizou a Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI) a explorar esse minério por 50 anos, período que deveria iniciar em 1953 e terminar em 2003.

Vale salientar que mesmo com a concessão do governo para explorar o manganês por 50 anos, a ICOMI resolveu encerrar suas atividades em dezembro de 1997, deixando um saldo extremamente negativo para o Estado. A herança deixada pela ICOMI resume-se em uma carga de resíduos de manganês contaminado, depositados em uma barragem ao lado da usina de pelotização, atingindo o lençol freático e contaminando as águas do subsolo de suas mediações, pois esses rejeitos estavam na barragem que contaminou os afluentes ao redor da comunidade do Elesbão no município de Santana, e áreas próximas ao setor Industrial da ICOMI.

Segundo Morais e Rosário (1999, p. 21), a maneira como o governo federal disseminou a ideologia capitalista na Amazônia para assegurar o domínio imperialista norte-americano contribuiu para o completo esvaziamento dos recursos naturais da região, além da associação do poder público com o capital estrangeiro visando consolidar o povoamento e ocupação do Território Federal do Amapá. Não se pode esquecer que a história do Amapá – Território, tal qual a de outros pólos de desenvolvimento da Amazônia, não pode ser mencionada sem o capital estrangeiro, principalmente através da ICOMI, em virtude do empreendimento ter sido possível em função dos recursos e técnicas dos estrangeiros e incentivos do próprio governo do Amapá.

Segundo Porto (2003, p. 85), os principais fluxos migratórios foram ocasionados pela busca de oportunidade de emprego ocasionado pela implantação dos grandes projetos de exploração mineral e programas de urbanização para as áreas do entorno. Como exemplo disso, temos a instalação da Indústria e Comércio de Minério S/A – ICOMI na década de 40, a implantação do Projeto Jarí, na década de 60 a 80, a transformação do Território Federal do Amapá em estado e a criação da área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS.



Com a promulgação da Constituição de 1988, o Amapá foi elevado à categoria de Estado, e em 1991 é criada a Área de Livre Comércio Macapá e Santana (ALCMS) com destaque para as empresas importadoras no cenário amapaense e implementada oficialmente em 1993 nos municípios de Macapá e Santana, ocupando uma área de 85 Km<sup>2</sup>. Segundo Porto (2003, p. 74) “é a que possui área delimitada, maior volume de movimentação de notas fiscais ingressadas, de importações e de empresas cadastradas na Amazônia”. A ALCMS representou a possibilidade da abertura de novas oportunidades e perspectivas de negócios para a economia do Estado, tendo em vista as vantagens oferecidas pelos incentivos fiscais federais constantes do Decreto nº. 517 de 1992 que regulamentou a ALCMS.

A implantação da ALCMS contribuiu para uma nova configuração do espaço Amapaense, neste momento a economia obteve um crescente resultado, pois os produtos eram comercializados com valores acessíveis a população. É também desse período que se observa um intenso fenômeno migratório, principalmente de pessoas oriundas das localidades do Pará e Maranhão, que aportavam no Estado em busca da tão sonhada ascensão social.

A Área de Livre Comércio de Macapá e Santana trouxe um pseudo-entendimento de desenvolvimento para a população, o que fomentou a entrada de populares no Estado. Autores amapaenses como Porto (2003) e Santos (2004) retratam que a criação da ALCMS, foi a última grande etapa de crescimento populacional ocorrido no Amapá, sendo que as migrações seguintes são oriundas da realização de concursos públicos organizados pelo Estado ainda em processo de estruturação.

As políticas de desenvolvimento impulsionadas pelo Estado, incentivaram a vinda de migrantes em uma maior proporção para Macapá e Santana, sendo que a maioria destes não encontrou emprego, terreno firme para habitar, e hoje vivem em condições de subemprego, habitando em áreas de ressaca. Tudo isso contribuiu ao longo dos anos para as inúmeras expressões da questão social sejam resolvidas por meio de políticas públicas.

Durante a década de 90, houve forte expansão da População Economicamente Ativa (PEA) e do nível de ocupação tanto no setor industrial como

no funcionalismo público, que de acordo com Santos (2004, p. 88) “os salários do funcionalismo público ainda são os maiores “aquecedores” do fraco comércio local”. Mesmo assim, o comércio no centro da cidade veio a fomentar a circulação econômica em Macapá com o surgimento de diversos empreendimentos que revendiam produtos importados.

Como reflexo, o comércio informal foi notável nesse momento, pois com o fechamento de várias empresas muitos dos que estavam desempregados encontraram saída na informalidade, desenvolvendo suas atividades em lugares estratégicos da cidade. As ruas de Macapá tornaram-se locais de trabalho um dos meios de sobrevivência para diversos trabalhadores que recorrem às formas, mas antigas de trabalho como: as feiras, vendas de produtos feitos em casa, e nas ruas e praças da cidade, para assim garantir a sobrevivência.

### **3 ALCMS: UMA NOVA ZONA FRANCA?**

Segundo Porto e Costa (1999, p. 35), as Áreas de Livre Comércio criadas no território nacional situam-se em zonas estratégicas para a busca por uma produção mais qualificada ou pelas possibilidades de garantir o escoamento da produção, bem como trabalhar com produtos importados de outros países, em especial as nações asiáticas como China, Japão e Coréia do Sul. As cidades de Tabatinga (AM), Guarajá-Mirim (RO), Bonfim e Pacaraima (RR), Macapá e Santana (AP), Brasília, Cruzeiro do Sul e Epitaciolândia (AC) acabam por se encaixar nesse papel de facilitadora das relações comerciais com outros países sem comprometer a produção do eixo Centro-Sul do país.

A criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS na década de 1990 gerou atratividade populacional com a possibilidade de geração de emprego e renda, ocasionando um forte crescimento demográfico dos municípios de Macapá e Santana, este último por ser o município mais próximo a capital. Neste sentido, tal criação foi legitimada pelo Presidente da República, Fernando Collor de Melo, que a partir de suas atribuições no dia 08 de maio de 1992 decretou:

Fica criada no Município de Macapá e Santana, no Estado do Amapá, a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS, para o livre

comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial, estabelecida com a finalidade de promover o desenvolvimento daquele Estado e de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana (ART. 1º CAPITULO I, DECRETO Nº. 517,1992).

A criação da ALCMS foi justificada como uma das alternativas para amenizar a queda na produção do manganês pelo esgotamento do minério, extraído desde a década de 50 pela ICOMI a qual se retirou das terras amapaenses. Além disso, também era objetivo da ALCMS estimular o desenvolvimento econômico, atraindo mais emprego e renda para a população. Além disso, a ALCMS é a única ALC com saída marítima, podendo escoar sua produção do porto de Santana para Estados Unidos e Europa em um tempo menor do que o porto de Santos (SP), em virtude de sua proximidade com tais centros.

Nos primeiros anos de funcionamento houve vários avanços das atividades comerciais com a venda de produtos importados, despertando assim o interesse de turistas, viajantes e sacoleiros vindos de diversos lugares do Brasil e do mundo.

A implantação da ALCMS tornou-se um ponto forte de atratividade para as famílias oriundas de outros estados que buscam melhoria na qualidade de vida através de emprego e renda, pois segundo Rodrigues (2002, p.29) a ALCMS tornou-se um paradigma de desenvolvimento direcionado para a Amazônia, assim como um marco muito importante para o início do desenvolvimento do Estado do Amapá e, mais precisamente, para a cidade de Macapá, possibilitando uma gama de oportunidades e perspectivas para o desenvolvimento econômico.

Este fato trouxe para muitos bairros e para a economia de Macapá através do intenso fluxo populacional, consequências preocupantes quanto às condições de moradia, emprego, renda, saneamento básico, saúde, educação e outros. Podemos a partir da tabela 01 comparar o crescimento populacional do município de Macapá no período de dez anos, onde pudemos constatar o crescimento da ocupação do espaço urbano ligado a possibilidade de desenvolvimento para a região.

PERIODO	ABSOLUTA	ABSOLUTA (%)	RELATIVA (%)
(1996/2000)	62.346	28,2157	7,0539
(1991/2000)	103.531	57,5886	6,3987
(2000/2006)	85.059	30,0235	5,0039

(1991/2006)	188.590	104,9022	6,9935
-------------	---------	----------	--------

**Tabela 01:** Variação da População de Macapá/AP (1996-2006).

**Fonte:** IBGE (2007).

No campo do emprego e de geração de renda, a vocação econômica da cidade de Macapá – agricultura, comércio e serviços – encontra-se hipertrofiada e densamente ocupada, o que acarreta em um processo de precarização do emprego que consiste na subvalorização de uma renda que já se encontra baixa e leva os trabalhadores para as atividades informais e para uma economia cíclica<sup>1</sup>, assentada principalmente no funcionalismo público.

#### **4 HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NA CIDADE DE MACAPÁ**

Pretende-se, nesta parte do texto realizar, dentro dos limites deste trabalho de pesquisa, uma análise sobre os processos históricos que viabilizaram as principais mudanças na cidade de Macapá.

Para que possamos melhor compreender a história da formação da cidade de Macapá, convém, inicialmente, mostrar a maneira peculiar de crescimento e desenvolvimento histórico da Região Amazônica e o modo que as cidades surgem nesse cenário.

No que se refere a esta região, um relatório das atividades do Território Federal do Amapá, datado de 1944, o então Governador Janary Gentil Nunes presta contas de suas atividades junto ao Governo Federal, relata a precariedade da qualidade de vida tanto da população já residente em Macapá quanto dos ribeirinhos, dando ênfase a falta de atendimento à saúde, a educação e ao saneamento (PORTO, 2003).

Somente muitos anos mais tarde, com a exploração mineral intensificada pela exportação dos produtos extraídos para outras partes do mundo, os ares de

---

<sup>1</sup> Definimos aqui este conceito, grosso modo, como um período de movimentação econômica que vive com base no período de pagamento do funcionalismo público em três ciclos específicos – dias 05 (funcionalismo federal), 25 a 27 (funcionalismo estadual) e 30 a 31 (funcionalismo municipal), onde se apresenta um maior fluxo de comercialização de produtos e movimentação de pessoas. Os informais e ambulantes pesquisados nos informaram que nestes dias, na maioria das vezes, eles conseguem pagar suas contas e realizar novas compras e a renovação de seus estoques.

modernidade chegaram àquela região com a criação de uma infraestrutura local que permitisse dar um verniz de desenvolvimento através da construção de estrada de ferro na região ligando a cidade de Santana com a região produtora de manganês da Serra do Navio, a criação de um porto na cidade de Santana<sup>2</sup>, rodovias como a AP – 070 e a BR – 156, bem como a instalação de uma usina hidroelétrica na região de Pedra Branca do Amapari, com forte participação do Estado brasileiro via incentivos fiscais e financiamento externo.

Filocreão (2002) afirma que o desenvolvimento da região amazônica se caracteriza pela existência de ciclos econômicos de extrativismo em torno dos quais foram se criando outras estruturas de produção e serviços, bem como um mercado consumidor que propiciou o desenvolvimento do comércio e se colocou como um forte eixo de atração populacional, pois dava a idéia de uma região em franco crescimento que passa a atrair grandes contingentes populacionais de regiões mais pobres do Nordeste e da própria Amazônia, onde estes deslocamentos se dão para os pólos de desenvolvimento econômico ligados ao extrativismo vegetal e mineral, bem como as regiões industriais e as capitais dos estados que compõem a Amazônia.

Ainda segundo o autor, essas primeiras formas de apropriação e produção se deram a partir de uma forma específica de financiamento perpetrada pelos proprietários dos meios de consumo da região manifestada no sistema de aviamento<sup>3</sup>. Foi graças a esse sistema que o comércio pôde sobreviver na Amazônia, mesmo diante da escassez de moeda nas áreas mais distantes e isoladas da floresta e do interior, o que facilitava a exploração do trabalho excedente e elevava os preços dos produtos industrializados que eram originários de outros centros.

Essa modalidade de economia, baseada no lucro obtido às custas do atraso no desenvolvimento regional e das necessidades das populações residentes nas

---

<sup>2</sup> Segundo Porto, o porto de Santana apresenta uma viabilidade maior para o escoamento da produção mineral para os países da América do Norte e da Europa em virtude de sua área estar mais próxima da saída para o Oceano Atlântico do que, por exemplo, a região de Belém.

<sup>3</sup> Tipo de relação que ocorre entre comerciante que fornece antecipadamente mercadorias necessárias à subsistência dos seringueiros, castanheiros e populações ribeirinhas, em troca da produção. Esse tipo de intermediação foi amplamente utilizado durante o ciclo da borracha, interligando casas importadoras e exportadoras com os trabalhadores extrativistas. Em menor escala, esse sistema perdurou por muito tempo.

áreas ribeirinhas fez de Macapá, a exemplo do que ocorreu em outros centros como Belém e Manaus, um local privilegiado para atrair comerciantes que passam a abrir casas de comércio a fim de fornecer mercadorias para o sistema de aviamento presente no interior. Nessas casas comerciais, também conhecidas como “Casas de Secos e Molhados” vendia-se de tudo um pouco e, além de abastecer os regatões, essas casas de comércio abasteciam também as cidades, onde o preço das mercadorias era mais em conta.

Um de nossos entrevistados, o Sr. João Batista Xavier do Rosário, conhecido como “João Cameté”, 75 anos, natural de Cameté/Pa, trabalhou no estabelecimento do comércio macapaense construindo os pontos comerciais<sup>4</sup>, mais especificamente para a família Houat, de origem libanesa<sup>5</sup>, na década de 60. Ao narrar a sua trajetória, ele explica que inicialmente era grande a comercialização de madeira e palha devido a estrutura das casas. Contudo, o telhado das lojas era, na sua maioria, coberto com telha de barro. Segundo o relato de nosso informante, a área comercial estava localizada na região de um igarapé, onde os barcos entravam e desembarcavam a mercadoria<sup>6</sup>.

Gilberto Pinheiro (2001) aponta que o processo de urbanização e desenvolvimento da cidade de Macapá, que resultou em instalações mínimas de uma estrutura administrativa em virtude da criação do Território Federal e da transferência da capital para a cidade, a cidade vivenciou na década de 40, anos de desenvolvimento, com a construção e inauguração do Grupo Escolar de Macapá<sup>7</sup>, da residência do Governador e do Hotel Macapá<sup>8</sup>.

Neste sentido, verificamos que nesse período as relações sociais estavam alicerçadas num espírito de união existente entre os habitantes, pautados pela sua proximidade. Sobre esse assunto, Anthony Giddens (1991) considera que as

---

<sup>4</sup> O Sr. João Cameté iniciou as construções em alvenaria das lojas no ano de 1962.

<sup>5</sup> Os irmãos libaneses, Maria, Abdallah e Stephan Houat chegaram na cidade na década de 40 e construíram as primeiras lojas no centro comercial, vendendo todo tipo de mercadoria, constituindo as primeiras casas de secos e molhados da cidade.

<sup>6</sup> Nos dias de hoje, a área da região comercial foi aterrada e o escoamento do sistema de esgoto para os rios desemboca nos canais a céu aberto estabelecidos na Rua Mendonça Júnior, onde no seu contorno foram se estabelecendo vários estabelecimentos comerciais de caráter informal, com destaque para a presença de pequenos restaurantes que atendem os funcionários das lojas do Centro Comercial.

<sup>7</sup> Hoje Escola Estadual Barão do Rio Branco, a primeira escola de Macapá.

<sup>8</sup> O hotel passou por reformas na década de 80 com o nome de Novotel Macapá, recentemente recebeu a denominação de Macapá Hotel, está localizado em frente à Praça Zagury.

relações de confiança e risco entre os indivíduos vão se modificando com o decorrer do tempo. Num dado momento, os perigos advinham da natureza. Nos sistemas desencaixados<sup>9</sup>, o próprio indivíduo teme suas reflexões sobre a existência. Ou seja, as pessoas estão amedrontadas quanto seu futuro e no dia-a-dia só há diálogo com quem se reconhece “o rosto”.

Dessa forma, até meados dos anos 80, Macapá, por ser uma pequena cidade, absorvia os costumes fraternais entre os atores sociais que a constituíam. No relato de antigos moradores, é lembrado o tempo de um lugar que vivia em forma de comunidade, cujos laços sociais baseavam-se na amizade e solidariedade, mesmo em momentos adversos como foi o caso dos incêndios que acometeram o comércio central nas décadas de 60 e 70<sup>10</sup>.

O desenvolvimento experimentado, principalmente, a partir da década de 80, conferiu ao Amapá uma visibilidade maior no cenário internacional, dando ao estado um *status* de proximidade com os demais países do mundo e uma apartação do restante da Federação, pois grande parte das empresas extrativistas presentes no espaço amapaense eram de origem internacional e, além disso, existe o isolamento territorial que afasta o território do restante do país, uma vez que a comunicação com o restante da nação se dava apenas por via fluvial e, nos dias de hoje, por via aérea também.

Os dados do IBGE utilizados por Porto (2003, p. 118), indicam que nas décadas de 50, 60 e 70 do século passado, a economia amapaense sofreu intensa transformação, principalmente na década de 60 com a implantação das indústrias de minérios, que representava 54,9% da participação do setor na estrutura produtiva do Território. O comércio, que na década de 50 atingira o maior índice de participação, cerca de 52,82%, nas décadas seguintes teve uma redução em função do processo de industrialização<sup>11</sup> implementado na região, o que acarretou no *boom* populacional

---

<sup>9</sup> O autor analisa que pela peculiaridade desestruturante das sociedades modernas, há uma falta de adaptação entre os sujeitos que a compõem.

<sup>10</sup> Esses incêndios trouxeram sérios prejuízos ao comércio local, os relatos dão conta de que a variedade de produtos comercializados e as precárias condições de armazenamento contribuíram para provocar os incêndios, além disso, não havia corpo de bombeiros equipados para combater incêndios de grandes proporções.

<sup>11</sup> Convém esclarecer que a industrialização no Amapá esteve concentrada no extrativismo, e apesar de ter significado um momento de desenvolvimento local pela infra-estrutura trazida, não alcançou a maioria da população, por isso a economia de Macapá é bastante frágil e até hoje é basicamente movimentada pelo pagamento do funcionalismo público.

que se deslocou para as duas principais cidades do estado, uma vez que o crescimento da cidade de Laranjal do Jari se deu com um outro eixo de desenvolvimento, neste caso a instalação da Jari Celulose S. A. na década de 50.

Neste sentido, a economia local que antes girava em torno do comércio, passava a girar em torno da exploração mineral e, embora possuísse já uma rede mínima de energia elétrica<sup>12</sup>, poucas empresas investiam na implantação de outros segmentos da indústria. Porto (2003, p. 133) atribui essa falta de investimento a fatores de várias ordens, tais como: “questões políticas do Território Federal, de infraestrutura de transportes e do reduzido mercado consumidor local. A expansão do comércio acompanhou o crescimento demográfico deste território”.

Lima (1999) destaca que a falência dos grandes projetos, aliada à concentração de terras, a ausência de uma política agrária regional são fatores que provocaram o aumento do fluxo migratório para Macapá e Santana. Mas o autor enfatiza novos fatores que vieram a potencializar os já mencionados e que resultaram numa aceleração do processo de crescimento demográfico do Amapá, principalmente em Macapá, são eles: “a transformação do ex-Território em Estado da Federação (05/10/1988) e a regulamentação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) criada pela Lei nº 8387 de 30/12/91” (LIMA, 1999, p. 05).

A criação do Estado do Amapá em 1988 e a criação da ALCMS, potencializaram o processo migratório, tornando a cidade de Macapá um importante atrativo para as pessoas do interior e dos estados vizinhos que viam surgir a possibilidade de mudar de vida e conseguir trabalho. Pinto (2003, p. 42) assim se refere a este tipo de debate:

A ideia de que Macapá seria uma espécie de Manaus dos anos oitenta, atravessou os Estados vizinhos. A possibilidade de emprego e novas expectativas de vida em um país dilacerado pela inflação e desemprego, foram responsáveis pelo intenso processo migratório ocorrido na cidade.

---

<sup>12</sup> Basta lembrar que até meados da década de 90, a energia elétrica era obtida através de um conjunto de geradores instalados nas cidades, submetendo-as a períodos de racionamento, pois a energia elétrica era destinada para o abastecimento da região mineradora e a cidade de Serra do Navio, pois o volume de energia ainda era pequeno para atender uma região do porte do eixo Macapá-Santana. Atualmente, a cidade de Macapá é atendida pela distribuição de energia gerada pela Hidrelétrica de Tucuruí.



Os novos desafios que se apresentam tanto para quem residem há bastante tempo quanto para quem chegou recentemente, movido por sonhos e esperanças, requerem uma maior mobilização política e participação popular nos processos decisórios, com vistas a proposição de políticas públicas viáveis ao desenvolvimento tanto da capital Macapá como para todo o Estado do Amapá.

Confirmando o crescimento da migração na década de 90, a pesquisa de campo confirma que a população do comércio informal é composta, em sua grande maioria de migrantes que advém, principalmente, de Estados da região norte, notadamente do vizinho Estado do Pará, cujas algumas localidades possuem maior proximidade com o Amapá. São elas, Breves e Chaves. Oriundos da região nordeste, destacando-se os Estados do Ceará, Maranhão, Piauí e Pernambuco, vêm em segundo lugar. Os demais, cerca de 5%, são do centro-oeste<sup>13</sup>.

Ainda com referência ao estudo de Pinto (2003), há a ressalva de que a migração para Macapá significa entre outras coisas “transferência de mão-de-obra” reforçando a tese de que “o ato migratório envolve inúmeras variáveis, e parece que a busca por um emprego continua sendo a mais importante<sup>14</sup>” (PINTO, 2003, p. 59).

A questão que se constrói neste ponto da análise versa justamente sobre o tipo de trabalhador que vem seduzido pelo processo migracional, pois muitos destes aportam com suas famílias sem a qualificação adequada para disputar emprego no mercado de trabalho local e tampouco possuem as condições necessárias para a aprovação em alguns dos muitos concursos públicos que vêm sendo realizados pelos governos estadual e municipal ao longo dos anos e acabam por buscar uma das duas saídas possíveis: ou buscam o mercado formal de trabalho que está em um nível crescente de precarização e que caracteriza pelos baixos salários e condições inadequadas de trabalho, ou buscam o mercado informal de trabalho por sua conta e risco, sem a malha de proteção social do Estado e, muitas vezes, perseguido por este no decorrer de suas atividades – no caso dos camelôs e dos ambulantes – por não pagar os encargos relativos à sua atividade.

---

<sup>13</sup> Interessante ilustrar que a maioria desses migrantes está há muito tempo em Macapá, mais de dez anos. Os jovens vieram crianças.

<sup>14</sup> Em se tratando de emprego no comércio de Macapá, o número de procura por vagas no setor aumentou com a criação da ALCMS. Embora este não seja o único fator de explosão demográfica em Macapá, sem dúvida teve uma influência grande nesse processo.

## 5 ÁREA COMERCIAL DE MACAPÁ: ÁREA DE EXPANSÃO E CONFLITO

A ocupação da área comercial da cidade de Macapá acompanha o ritmo de desenvolvimento da cidade e ao crescimento de sua população. Neste sentido, a partir dos aspectos históricos – em um sentido inicial – é possível entender os fatores que se fizeram presentes na construção do comércio local e de suas especificidades, além de buscar explicações sobre a multifacetada identidade dentro deste espaço.

Com a criação da ALCMS na década de 1990, o comércio local teve um grande crescimento, se expandindo para além das cercanias da Fortaleza de São José de Macapá e passando a ocupar de forma mais efetiva a área central da cidade<sup>15</sup>. Desta forma, o comércio local - que antes funcionava às proximidades do Mercado Central de Macapá e nas Ruas Cândido Mendes e Independência -se estendeu para as ruas Tiradentes, São José e Beira-Rio (Zagury), além das Avenidas Henrique Galúcio, Antônio Coelho de Carvalho, Coaracy Nunes, Mendonça Júnior, Padre Júlio Maria Lombaerd, Cora de Carvalho, Almirante Barroso, Mário Cruz e FAB. As praças Veiga Cabral, Zagury, Barão do Rio Branco e Bandeira, foram também atingidas pela expansão do comércio.

A expansão do comércio local poderia pressupõe a ideia de uma cidade em pleno desenvolvimento, uma vez que parte significativa dos herdeiros dos nativos e dos primeiros migrantes estava representada na estrutura de poder do Estado, na grande maioria das propriedades localizadas na área comercial, no controle do Clube dos Diretores Lojistas – CDL, da Associação Comercial e Industrial do Estado do Amapá – ACIA e da representação local do Serviço de Apoio a Pequena e Média – SEBRAE.

Com a criação da ALCMS, esta ideia se ampliou, mas a classe empresarial percebeu que o comércio local continuava a viver da “economia do contracheque”, ou seja, da economia movimentada apenas em períodos cíclicos equivalentes ao

---

<sup>15</sup>O termo centro, referido nesta passagem, é caracterizado pela importância econômica e não pela localização geográfica, destinando a área mais densamente ocupada a cognominação de periferia.

período de pagamento do funcionalismo e, além disso, ainda enfrenta a concorrência de camelôs e ambulantes.

A concorrência em busca da garantia de clientela para os seus produtos leva os empresários e os trabalhadores informais a estabelecerem uma relação bastante conflituosa entre as partes, pois em nossa pesquisa percebemos uma convivência instável entre os funcionários das lojas e os trabalhadores informais. Além disso, por várias vezes, pudemos perceber que os donos de pequenas lojas chegavam a acionar os meios repressivos do poder público como uma forma de garantir o acesso das pessoas às suas lojas. Percebeu-se que o Centro Comercial de Macapá é uma área de atrito constante e altamente competitivo na luta por espaços no Centro Comercial onde donos de lojas e trabalhadores buscam efetuar suas funções.

Em relação à visão do trabalhador informal da área comercial sobre a questão, ouvimos a seguinte afirmação:

Olha, meu filho, nós aqui só queremos trabalhar! A gente não tá invadindo o espaço de ninguém, não! Os empresários vivem reclamando que a gente tá tomando clientes deles, mas nós estamos apenas fazendo o nosso trabalho. No meu ponto, por exemplo, eu vendo roupas de tudo quanto é tipo e o meu ponto fica um pouco mais longe das principais lojas de roupas da cidade. Quem tem bastante dinheiro ou cartão de crédito, vai no shopping ou nas lojas mais bacanas. Nós vendemos é pro povão uma roupa boa e barata, que não tem nas lojas daqui. Se a gente não paga imposto é porque a Prefeitura ainda não veio por aqui pra legalizar a nossa situação. Agora, o informal tem que trabalhar porque não encontra emprego pra ele na cidade e, como no meu caso, tinha um pouco de dinheiro pra poder começar um negócio. No caso de muita gente por aqui, existe de tudo, desde trabalhador que vende em pontos que nem os nossos aqui da Cora – de Carvalho – até os que vendem nas portas das lojas e que enfrentam o pessoal da URBAM todo dia. Acredito que quando a Prefeitura passar a ouvir o trabalhador da rua e organizar direitinho o comércio funciona bem, sim e todos podem sair ganhando (Sr. J. M. S., Cearense, 55 anos, Dono de Banca de Roupas na Av. Cora de Carvalho).

Com base na afirmativa acima, podemos afirmar que existe um conflito permanente e aberto entre os atores que compõem o cenário do Centro Comercial, onde dois dos lados – neste caso, os empresários e os trabalhadores informais – tentam garantir sua sobrevivência. É inegável a presença de um outro ator, trata-se do poder público<sup>16</sup>, que, em nosso entendimento, sempre vive buscando estratégias

---

<sup>16</sup> O posicionamento do Poder Público sobre a questão da informalidade e suas ações serão melhor esclarecidas no terceiro capítulo desta dissertação.

para atender as necessidades da classe que apoiou nas eleições, perfazendo um velho corolário marxista quando falamos da relação de servidão estabelecida pela superestrutura em relação a base econômica, ou seja, neste processo histórico de formação do comércio local, temos uma relação de conflito aberto entre trabalhadores e empresários, em suas respectivas organizações de classe ou diretamente, buscando os meios necessários para ocupar determinados espaços no centro comercial.

Com relação a ocupação espacial, a pesquisa de campo identificou na Avenida Cora de Carvalho existem 65 barracas de camelôs. Definimos como barraca pela forma de sua armação: estrutura de madeira em uma área fixa, com iluminação e fornecimento de água. O número ímpar se justifica pela presença de uma grande barraca na confluência entre a Av. Cora de Carvalho e a Rua Cândido Mendes. Destas 65 barracas, 35 vendem roupas e todo tipo de confecções, 07 vendem redes e bolsas, 08 vendem bolsas e calçados, 10 vendem produtos importados e 05 tratam de assistência técnica de relógios e telefones celulares.

Os donos destas barracas geralmente colocam seus filhos e outros parentes para trabalhar no estabelecimento comercial, com a alegação de dar continuidade ao trabalho da família. Mas existem pessoas que são donas de mais de 02 bancas nesta rua ou na Avenida Mendonça Júnior, o que configura uma relação empregatícia que não é coberta pela estrutura legal. Outra situação percebida em campo foi o fato de que o mesmo nível de precarização que atinge o trabalho formal no Centro Comercial, atinge também o setor informal, onde geralmente se paga de meio a um salário-mínimo em média e por semana, com jornadas de trabalho que vão de 10 a 12 horas em média.

Abordando essa questão, convém destacar que a informalidade para muitos trabalhadores torna-se desgastante, pois esta tem uma jornada laboral dobrada, sendo que estes trabalham das 7h da manhã às 19h da noite, com carga horária de 12 h/dia sem descanso ou intervalo de trabalho, desvantagens em comparação com a formalidade, que tem uma carga horária máxima de 08 h/dia. No que concerne ainda ao tempo de trabalho, mesmo estando a um tempo expressivo na atividade informal, não há por parte dos trabalhadores a preocupação com as garantias sociais, pois estes não contribuem com a seguridade para auferir encargos futuros.

Na Avenida Mendonça Júnior, antiga Rua do Canal, existem 76 barracas de camelôs, além de 53 bancas móveis de camelôs e ambulantes. Com base nas observações de campo, concluímos que destas 76 barracas, 10 vendem roupas e todo tipo de confecções, 10 vendem redes e bolsas, 12 vendem bolsas e calçados, 25 vendem comidas e lanches, 15 vendem produtos importados e 04 tratam de assistência técnica de relógios e telefones celulares.

Em nossa pesquisa de campo, identificamos a mesma estruturação de trabalho presente na Av. Cora de Carvalho, com barracas compostas por membros das famílias alocadas e a mesma infraestrutura com barracas de madeira. Um detalhe diferencia a Av. Mendonça Júnior da Av. Cora de Carvalho: a presença de bancas móveis de camelôs e ambulantes. Atualmente, somente os camelôs em barracas fixas ainda não foram removidos pela Prefeitura Municipal de Macapá.

Nas cercanias do Mercado Municipal de Macapá, localizado na Rua Cândido Mendes, existem 80 barracas de camelôs, 40 bancas móveis de camelôs e ambulantes, além da presença de flanelinhas e lavadores de carros. A disposição deste mosaico de trabalhadores é bastante interessante, pois encontra-se um pouco de cada coisa: desde pequenas lojas de roupas e confecções, barracas de venda de refeições ao lado das barracas de venda de roupas. Além disso, pelo fato de estar localizada em uma zona de mercado, encontramos também barracas de verduras e legumes, bem como a existência de três casas de artigos de umbanda, bem comuns aos mercados e feiras localizados na Amazônia, onde são vendidos banhos, ervas e outros artigos voltados para a prática de cultos afro-brasileiros.

Em relação aos ambulantes, quando perguntamos aos entrevistados em qual local do Centro Comercial de Macapá eles mais comercializam os seus produtos, constatamos que eles comercializam os seus produtos no 'Complexo Beira-rio', espaço da cidade correspondente à Praça General Euclides Figueiredo – popularmente chamada de Praça Zagury, a parte ao lado do Macapá Hotel e as cercanias da atual Casa do Artesão e da Fortaleza de São José de Macapá, além das ruas Cândido Mendes, São José e Independência.

## **6 PRODUTOS COMERCIALIZADOS**

Na realidade brasileira, podemos destacar como uma das atividades mais importantes do mercado de trabalho informal a do trabalhador ambulante, que tem suas origens na época colonial. Tornar-se um trabalhador ambulante<sup>17</sup> passou a ser uma das formas mais antigas da população pobre das áreas urbanas para garantir sua reprodução.

No início do século XIX, o trabalhador ambulante era um tipo social comum da cidade. Ao analisar o papel do trabalhador ambulante na cidade do Rio de Janeiro, Gomes (apud Castañeda, 2004, p. 17) nos mostra uma relação profunda existente entre o trabalhador e o espaço urbano da cidade, onde “O trabalhador ambulante estava mimetizado à paisagem das ruas, misturando-se com os habitantes da cidade, integrado àquele cotidiano. Este trabalhador parecia diluído em meio ao trânsito da cidade, compondo a totalidade do espaço urbano”. Ainda segundo Castañeda, a imprensa da época e a população não eram contra estas atividades, pois estas representavam uma solução para os problemas relacionados à comercialização, circulação e transporte de bens e serviços daquele contexto histórico.

Com a modernização ocorrida na transição do século XIX para o século XX, o trabalhador ambulante passa a sofrer todo tipo de perseguições e repressões, uma vez que suas práticas eram consideradas insalubres e atrasadas, mas não era considerado como um problema social. Na verdade, com a modernização introduzida no país, um novo discurso industrialista entrou em voga e o trabalhador ambulante não se enquadrava no novo contexto implementado pelas elites brasileiras.

A partir da década de 60, surge a figura do camelô como uma alternativa mais fixa de comercialização ao ambulante. Com isso, estabeleceu-se uma relação de permanência dos trabalhadores informais em seus locais de trabalho, onde as atividades comerciais passaram a ser frequentes. A atividade de camelô surge inicialmente nos arredores das feiras e passa a ganhar espaços dentro das áreas comerciais das grandes cidades. Como é uma atividade que não apresenta licença

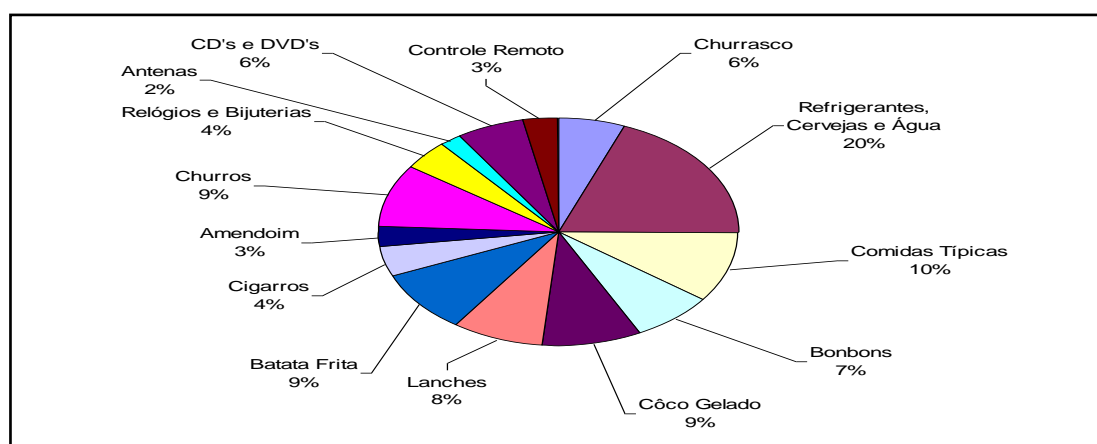
---

<sup>17</sup> Uma das atividades mais antigas ligadas ao trabalho ambulante encontra-se na figura do caixeiro viajante, citada em muitas obras da nossa literatura como uma pessoa que atravessa de cidade em cidade vendendo tecidos, couro, bijuterias, secos e molhados oriundos da capital ou de outras cidades mais desenvolvidas do interior do Brasil.

para funcionamento por parte do poder público, muitas vezes ela é duramente reprimida e espaços alternativos – os camelódromos – são criados para absorver esta massa cada vez mais crescente da população pobre.

Como um meio de provar que o Trabalho Informal é uma forma de estabelecer certa rotatividade econômica na cidade de Macapá, para além dos salários do funcionalismo público, os dados presentes nos gráficos 01 e 02 informam o tipo de produto que os trabalhadores informais comercializam e como funciona esta rotatividade econômica.

No gráfico 01 percebemos que os ambulantes vendem, em sua maioria, bebidas como cerveja, refrigerante e água mineral (20%) e água de coco (9%), mais há os ambulantes que vendem outros produtos como lanches (8%), comidas típicas (10%), bombons (7%), cigarros (4%), guaraná e batata frita (9%), churrasco (6%), amendoim (3%), churros (9%), além dos que vendem produtos industrializados importados como relógios e bijuterias (4%), controle remoto (3%), antenas (2%), além da venda de CD's e DVD's piratas (6%). Alguns exemplos podem ser vistos nas figuras 12 e 13, logo abaixo da disposição gráfica.

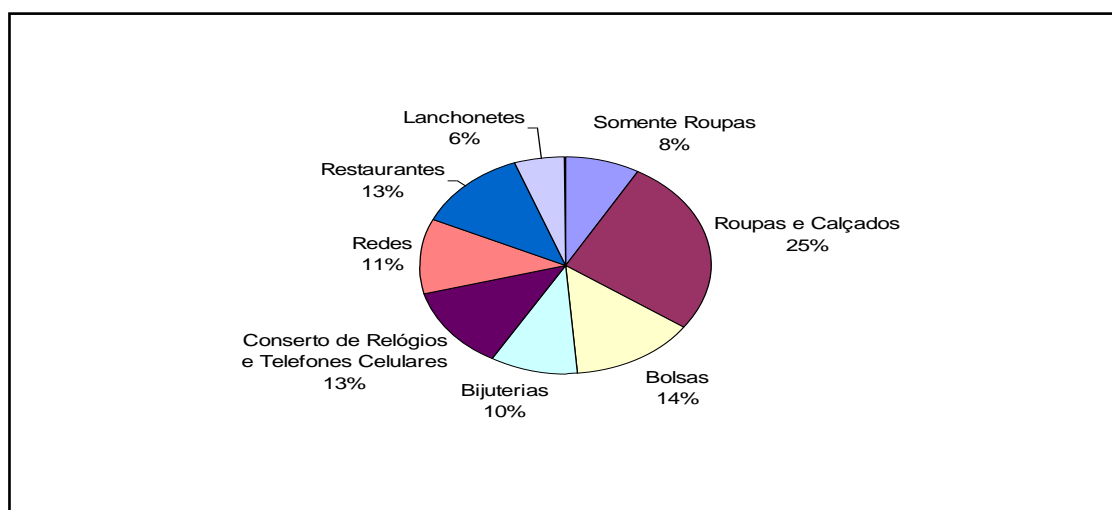


**Gráfico 01:** Produtos Comercializados pelos Ambulantes no Centro Comercial de Macapá  
**Fonte:** Pesquisa de Campo, Comércio Informal, Macapá – AP, Julho – Novembro/2008.

Segundo o relato dos trabalhadores ambulantes para esta pesquisa de campo, a rotatividade econômica se dá na compra dos produtos para a comercialização constante, com destaque para a compra diária de produtos perecíveis como carne, camarão, batata, frutas e massas. Desta forma, o ambulante passa a atuar como dos elementos de continuidade das relações econômicas no

espaço urbano de Macapá, além dos trabalhadores formais e do funcionalismo público, que constituem os outros elos da cadeia econômica que movimenta a cidade.

No gráfico 02 percebemos que os camelôs vendem, em sua maioria, roupas e calçados (25%) geralmente trazidos de outros centros do país como Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Franca (SP) e São Paulo (SP), redes (11%), e bolsas (14%). Existem camelôs que trabalham com lanchonetes (6%) e restaurantes populares (13%), bem como aqueles que trabalham no conserto de relógios e telefones celulares, incluindo a venda de peças dos mesmos, perfazendo uma renda média situada entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.500,00, dependendo do mês de atividade.



**Gráfico 04:** Principais Atividades dos Camelôs no Centro Comercial de Macapá.

**Fonte:** Pesquisa de Campo, Comércio Informal, Macapá – AP, Julho – Novembro/2008.

Na realidade, a oposição entre setor formal e informal da economia sempre foi aparente. De fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado setor formal cresce e se alimenta com e existência do setor informal. Neste sentido, existe um profundo entrelaçamento entre os setores formal e informal da economia que passam a se combinar de maneira funcional.

Neste sentido, compreendemos que o crescimento da atividade informal e o crescimento do número de bancas na área comercial se relacionam intrinsecamente com o desemprego criado pela falta de alternativas que pudessem inserir os



trabalhadores no mundo do trabalho e pela perda do salário como um instrumento de rotatividade econômica, podendo ser ainda entendido como uma forma de resistência ao trabalho mal remunerado provocado pela perda do poder de compra do salário.

## **7 RAZÕES PARA A INSERÇÃO DOS TRABALHADORES NO MERCADO INFORMAL**

No que se refere à inserção do trabalhador no mercado informal, a maior parcela de nossos entrevistados declara que aportaram no Amapá, com o sonho de um futuro promissor, uma vez que montar uma banca em outro Estado é mais difícil, pois existe maior concorrência. Segundo os trabalhadores entrevistados, ao se encontrarem sem condições de inserir-se no mercado formal, a saída foi guardar uma pequena quantia de sua renda e comprar produtos nas lojas para venderem nas bancas.

O centro comercial de Macapá destaca-se pela particularidade de movimentar um fluxo elevado de pessoas e capital nos períodos comemorativos e durante o pagamento dos servidores públicos.<sup>18</sup> A circulação no comércio é intensa. Na época de final de ano, os donos de bancas de camelô procuram chamar auxiliares e lhes pagam até um salário, dada a intensidade de movimentação e vendas. Esses sujeitos, “contratados”, trabalham durante dois meses – novembro e dezembro. Geralmente, esses sujeitos são membros da família (filhos, sobrinhos, primos ou netos) que recebem para realizar as vendas e outras atividades necessárias para o funcionamento da banca/carro.

Em Macapá, os trabalhadores informais e ambulantes, neste caso, os camelôs e os vendedores se sentem tão autônomos que estão perdendo a noção de pertencerem a uma classe (Gorz, 1982). Estes indivíduos não sentem prazer no seu trabalho e se submetem para se manter vivos.

Como pudemos perceber durante nossa pesquisa de campo, mesmo em condições insalubres e composto em sua maioria por migrantes vindos para o território após a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS, na década de 1990, o mercado informal de trabalho e em seu caso mais específico

---

<sup>18</sup> Para o comércio de Macapá a chamada “economia do contra-cheque” é bastante presente.

para este estudo, o dos camelôs e ambulantes, representa um ponto de sustentabilidade para uma parcela que foi, pelo menos a primeira geração, excluída de um mercado de trabalho extremamente competitivo em virtude das poucas vagas neste nicho e que, ao movimentar a economia local, proporciona uma distribuição de renda para além do mercado formal de trabalho e do funcionalismo público.

Dessa maneira, os trabalhadores desenvolvem atividades em condições precárias para a geração de sua renda, pois, o poder público não possibilita alternativas, principalmente aqueles que não tiveram acesso à escolarização, e aos idosos. Isso indica que o trabalho precário é uma realidade brasileira diante do desemprego estrutural, ocasionando o aumento da pobreza e da exclusão social.

Diante deste cenário de negação do direito ao trabalho, muitas famílias de trabalhadores recorrem as mais diversas atividades do setor informal, dentre eles o comércio ambulante, por exemplo, que tem uma lei<sup>19</sup> regulamentando o exercício desta atividade no Brasil.

Diante desta realidade, em que os sujeitos estão já expostos, vulneráveis as condições que o padrão capitalista impõe torna-se necessário criar alternativas que visem reverter esta realidade, visto que as ações do poder público devem atender as necessidades do trabalhador informal e de sua classe, para que assim se reverta às desigualdades sociais, que os levaram a precarização de suas condições de vida e de trabalho.

Como pudemos perceber o trabalhador informal – o camelô e o ambulante – da cidade de Macapá são em sua grande maioria migrantes com um nível de escolaridade pouco aceito no mercado formal de trabalho e atraídos pelas possibilidades vendidas pelo estado, alguns com experiências anteriores neste setor da economia e muitos buscam o que consideram uma justa remuneração – mesmo que à base de muito sacrifício – na informalidade.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

<sup>19</sup> Decreto – Lei nº 2.041/1940 regula o exercício do comércio ambulante. Lei nº 6.586/1978, art. 1º Considera-se comerciante ambulante aquele que, pessoalmente, por conta própria e a seus riscos, exercer pequena atividade comercial em via pública, ou de porta em porta.

O trabalho como atividade eminentemente humana, passou e passa por intensas transformações ao longo dos tempos, porém longe de ser uma forma superada de categoria de análise para se entender a sociedade contemporânea, como algumas correntes de pensamento propugnam, ele está no cerne de toda a crise pela qual passa o próprio modo de produção capitalista. Entender as suas metamorfoses e as formas de exploração trazidas pelas necessidades de sobrevivência do capital parece ser o maior desafio.

Por conseguinte, nota-se o aumento do número de pessoas que, diariamente, perdem seus postos de trabalho, bem como, a convivência com péssimas condições de vida, tais como ausência de moradia, assistência médica, educação, entre outros, fazendo-se necessárias reflexões sobre como se estruturam as formas mais precárias de sociabilidade. Nesse contexto, a luta pela sobrevivência, por meio da venda da força de trabalho, vem se transformando e explicitando relações de exploração mais intensas, principalmente, em países periféricos onde, por meios institucionais, formaliza-se a espoliação da classe trabalhadora, como é o caso do Brasil.

No mundo do trabalho brasileiro e no amapaense a realidade não poderia ser diferente. Pudemos constatar que o desemprego é um dos fatores demarcatórios do processo de exclusão e desigualdade sociais e que este aprofunda ainda mais os abismos sociais existentes entre ricos e pobres. Para alguns autores, o desemprego é um aspecto ligado aos problemas estruturais da sociedade brasileira, para outros é a consequência dos impactos da chegada da globalização e da implementação das políticas neoliberais no Brasil.

De certa forma, a cidade de Macapá nos últimos anos se tornou um grande foco de atração populacional, foco este percebido pelo grande fluxo migratório que se dirige à cidade, pela ocupação desordenada do espaço urbano, pelo crescimento da violência e pelos altos índices de desemprego e subemprego, onde pudemos constatar a hipertrofia do setor terciário, no qual visualizamos neste trabalho que o comércio torna-se uma alternativa de trabalho, mas não há um mercado consumidor para viabilizar a produção de mercadorias, uma vez que existe uma grande insuficiência na geração de renda e a incapacidade de se absorver esta grande quantidade de mão-de-obra oriunda do interior do Estado, de alguns municípios

pobres do Estado do Pará e de zonas pobres do nordeste brasileiro, que ainda hoje promovem o êxodo rural em busca de melhores condições em outros centros.

O trabalho informal na cidade de Macapá serviu como uma válvula de escape para os excluídos do mundo do trabalho formal e do funcionalismo público, mais este serviu também para mostrar a profunda incapacidade produtiva do Estado, cujas atividades relacionadas à venda de produtos industrializados em outros lugares no espaço comercial revelou a existência do que podemos chamar de “economia do contracheque”, caracterizada pela evasão das divisas estaduais com a compra destes produtos oriundos de outros estados mais desenvolvidos através do pagamento das contas com o dinheiro recebido pelo servidor público.

Segundo os dados contidos no último censo demográfico do IBGE (2000), a produção básica do Estado do Amapá consiste na exploração dos recursos naturais vegetais e minerais, na atividade pesqueira incipiente, no setor de comércio e serviços e no funcionalismo público<sup>20</sup>, este último funcionando como um “termômetro” das relações econômicas e da circulação de capital no Estado, caracterizando um período de movimentação sazonal da economia local.

O trabalho dos camelôs e ambulantes é um instrumento que passou a ser visto como uma das possibilidades dos excluídos do trabalho formal em um estado periférico na sua própria região de se integrarem à sociedade do trabalho ou, pelo menos, de garantir as condições necessárias para assegurar a sobrevivência das suas famílias. Segundo as informações presentes durante toda a construção deste trabalho, o trabalhador informal da cidade de Macapá é em sua maioria migrante, com baixa escolaridade, sem possibilidades de ingressar no trabalho formal voltado para uma faixa mais escolarizada da população e pouco assistido pelos programas sociais voltados para a erradicação da pobreza organizados pelo poder público.

## 9 REFERÊNCIAS

---

<sup>20</sup> Em programa eleitoral gratuito do dia 22/11/2005, o Senador Papaléo Paes afirmou que a base de movimentação econômica do Estado do Amapá se baseava na “economia do contracheque”, para mostrar que o funcionalismo público do estado era um dos pilares mais importantes na construção de um capital de giro estadual.

ANTUNES, Ricardo. A centralidade do trabalho hoje. In: FERREIRA, L. da C. (Org.). **A sociologia no horizonte do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**– ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003b. (Coleção Mundo do Trabalho).

BRASIL. Decreto-lei nº. 2.041, de 27 de Fevereiro de 1940. **Regula o exercício do comércio ambulante**.

BRASIL. Presidência da República. LEI Nº 6.586, de 06 de Novembro de 1978. **Classifica o comércio ambulante para fins trabalhistas e previdenciários**.

CACCIAMALLI, Maria Cristina. As Economias Informal e Submersa: conceitos e distribuição de renda. IN: CAMARGO, José M. G. Giambiagi (org). **Distribuição de renda no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

CASTAÑEDA, D. Correndo atrás do pão de cada dia: um estudo sobre a identidade de trabalhador entre camelôs em Copacabana. Rio de Janeiro: UFF, 2004. In: GOMES, M<sup>a</sup> de Fátima C. M. **O trabalho ambulante na globalização: resistência, lutas e alternativas para a transformação das condições de vida e trabalho**. Anais do Colóquio Internacional “Comércio, Culturas e Políticas Públicas em Tempos de Globalização”. Rio de Janeiro: 2005.

CASTEL, Robert. A Nova Questão Social. In: **As Metamorfoses da Questão Social**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DIOCESE DE MACAPÁ. **Realidade migratória em Macapá e Santana**. Macapá (AP): Diocese de Macapá, 1995.

FILOCREÃO, A. S. M. **Extrativismo e capitalismo na Amazônia**: a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá. Macapá: GEA/SEMA, 2002.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. Tradução: Raul Ficker. São Paulo: UNESP, 1991.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado** – para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. Tradução: Ana Montóia. São Paulo: Annablume, 2003.

LIMA, R. Â. P. de. **Imigrante e qualidade de vida na Amazônia setentrional brasileira**. Scripta Nova: revista electrónica de Geografia y Ciencias Sociales, São Paulo-SP, n. 45 (31), p. 1-11, ago. 1999.

MORAIS, Paulo Dias e ROSARIO, Ivoneide Santos do Amapá. **De capitania a Território**. Macapá, 1999.

PINHEIRO, G. **Pioneiros da “terra do manganês”**. Jornal “O Liberal”, Macapá, 23 nov. 2001.

PINTO, M. de J. de S. **Os estabelecidos e os recém-chegados: migração, conflitos e sonhos na cidade de Macapá**. 2003. 116 f.. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém. Mimeografado.

PORTO, Jadson Luiz Rebelo. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000**. Macapá: GEA/SETEC, 2003.

**Regulamentação do art. 11 da Lei nº. 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e Regulamentação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana**. Decreto nº. 517, de 08 de maio de 1992. Macapá, 1992.

RODRIGUES, Edgar de Paula. **Enciclopédia do Amapá**. Macapá: ed. inédita, 2002.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá**. ed. rev. Gráfica e editora Valcan Ltda. Macapá, 2003.

SENA, Ana Laura. **Trabalho Informal nas Ruas e Praças de Belém: Estudo sobre o comércio ambulante de produtos alimentícios** (Prêmio NAEA de Teses e Dissertações). Belém: NAEA, 2002.

TAVARES, M. C. **Os fios invisíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.